

ANÁLISES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORDESTE, NO PERÍODO DE 2000 A 2009

ANALYSES OF THE BUDGETARY EXECUTION OF NORTHEASTERN REGION MUNICIPALITIES, FROM 2000 TO 2009

Maurício Corrêa da Silva¹
Anailson Márcio Gomes²
Adilson de Lima Tavares³
Anderson Luiz Rezende Mól⁴
Aneide oliveira Araújo⁵

Resumo

O estudo dos resultados das execuções orçamentárias é relevante para os cidadãos e instituições da sociedade, haja vista que os mesmos financiam o setor público e esperam por resultados. Este estudo tem o objetivo geral de analisar a receita e a despesa total, a receita total e a despesa total per capita; o quociente do resultado da execução financeira; as despesas de capital per capita e o comprometimento da receita corrente dos municípios da Região Nordeste com o auxílio da estatística com a hipótese que não existem diferenças significativas entre as médias aritméticas. Os resultados revelaram que os municípios do Estado da Bahia destacaram com a maior arrecadação e a maior despesa; os municípios do Estado do Rio Grande do Norte apresentaram maior desempenho na utilização dos recursos públicos médios de receita total e despesa total per capita; maior quociente médio do resultado da execução financeira e a maior média de despesa de capital per capita e também a maior média aritmética do comprometimento da receita corrente. A maior volatilidade (coeficiente de variação) em termos de receita per capita, despesa total per capita e de despesa de capital per capita foi os municípios do Estado do Maranhão. Quanto à hipótese levantada, conclui-se que não existem diferenças significativas entre as médias aritméticas dos indicadores analisados dos municípios da Região Nordeste (aceita H_0).

¹ Mestre em Ciências Contábeis e professor da UFRN - prof.mauriciocsilva@gmail.com

² Doutorando em Ciências Contábeis pelo programa de pós-graduação Multi-institucional e Inter-regional UNB / UFPB / UFRN - anailson@ufrnet.br

³ Doutor em Ciências Contábeis e professor do Programa de Pós-Graduação Multi-institucional e Inter-regional UNB / UFPB / UFRN - adilson.tavares@uol.com.br

⁴ Doutor em Administração, professor do programa de pós-graduação Multi-institucional e Inter-regional UNB / UFPB / UFRN e Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRN - mol@ufrnet.br

⁵ Doutora em Controladoria e Contabilidade, professora do Programa de Pós-Graduação Multi-institucional e Inter-regional UNB / UFPB / UFRN - aneide@ufrnet.br

Palavras-chave: receitas correntes, receitas de capital, despesas correntes; despesas de capital.

Abstract

The study of budgetary execution outcomes is relevant to citizens and society's institutions, since they finance the public sector and expect results. This study has as overall objective to analyze the total revenue and expenditure, the per capita total revenue and total expenditure; the quotient of the financial execution outcome; the per capita capital expenditures and the current revenue commitment of the Northeastern region municipalities with the aid of statistics with the hypothesis that there are no significant differences among the arithmetic averages. The results revealed that the municipalities of the State of Bahia stood out with the largest tax collection and the largest expenditure; the municipalities of the State of Rio Grande do Norte exhibited greater performance in the use of average public resources of per capita total revenue and per capita total expenditure; largest average quotient of the financial execution outcome and the largest average of per capita capital expenditure as well as the largest arithmetic average of the current revenue commitment. The largest volatility (coefficient of variation) in terms of per capita revenue, per capita total expenditure and per capita capital expenditure belonged to the municipalities of the State of Maranhão. As to the hypothesis raised, one can conclude that there are no significant differences among the arithmetic averages of the indicators analyzed of Northeastern region municipalities (accept H_0).

Keywords: current revenues, capital revenues, current expenditures; capital expenditures.

1 INTRODUÇÃO

Os cidadãos financiam o setor público com recursos cobrados de impostos, taxas e contribuições. As receitas das entidades governamentais são classificadas no Art. 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 nas categorias econômicas: receitas correntes (impostos, taxas, contribuições, prestações de serviços etc.) e receitas de capital (operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos etc.).

As despesas das entidades governamentais são classificadas nas categorias econômicas: despesas correntes (despesas de custeio e transferências correntes) e despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (Art.12 da Lei nº 4.320/64).

O estudo dos resultados das execuções orçamentárias é relevante para os cidadãos e instituições da sociedade, haja vista que os mesmos financiam o setor público (receitas das entidades governamentais) e esperam por resultados (despesas das entidades governamentais).

A relevância deste estudo está em aprimorar o resultado das análises das execuções orçamentárias com o auxílio da estatística. Desse modo, o estudo poderá contribuir com os serviços de contabilidade, que nos termos do Art. 85 da Lei nº 4.320/64 devem acompanhar a execução orçamentária, levantar balanços gerais, analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros.

Observa-se que mesmo sendo relevante para os cidadãos e instituições da sociedade conhecerem os resultados das gestões públicas, Soares *et al.* (2011) afirmam que as dificuldades e o desinteresse da análise de balanços na área pública são frutos de um modelo contábil legalista aplicado há anos no setor, e também pelo lapso de tempo em que a contabilidade pública brasileira ficou estagnada.

Disposto este cenário, este estudo tem o objetivo geral de analisar a receita e a despesa total, a receita total e a despesa total per capita; o quociente do resultado da execução financeira; as despesas de capital per capita e o comprometimento da receita corrente dos municípios da Região Nordeste.

A hipótese norteadora (H_0) desta investigação é que não existem diferenças significativas entre as médias aritméticas dos índices dos municípios dos Estados da Região Nordeste (nível de significância de 0,05).

As análises servirão para os cidadãos descobrirem o quanto financiaram e receberam de volta os recursos (receita e despesa per capita); o quanto os municípios dos estados nordestinos trabalharam no planejamento orçamentário e na execução orçamentária (resultado da execução financeira, despesa de capital per capita e o comprometimento da receita corrente).

Para atingir o objetivo, o estudo está dividido em cinco partes. Após esta introdução, a parte dois traz o referencial teórico. A parte três, a metodologia utilizada. A quarta parte, os resultados e análises e finalizando a parte cinco, as considerações finais, recomendação, conclusão e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Receitas e Despesas Públicas

A receita pública pode ser definida como os recursos auferidos na gestão que serão computados na apuração do resultado financeiro e econômico do exercício e desdobrados nas categorias econômicas correntes e de capital (ARAÚJO; ARRUDA, 2004). A receita na área pública está sempre relacionada ao ingresso e à arrecadação. Assim, torna-se elemento fundamental para a manutenção dos serviços prestados pelo ente público (QUINTANA *et al.*, 2011).

A receita orçamentária representa valores constantes do orçamento público, tais como tributos, rendas, transferências, alienações, amortização de empréstimos concedidos e operações de crédito.

As receitas correntes (receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras) se destinam a atender despesas classificáveis em despesas correntes. As receitas de capital (recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, conversão em espécie de bens direitos e outras) se destinam a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

Araújo e Arruda (2004) esclarecem que a despesa pública é definida em duas acepções: financeira que representam desembolso de recursos voltados para o custeio da máquina pública, bem como para investimentos públicos, que são denominados gastos de capital e econômica que é gasto ou promessa de gasto de recursos em função da realização de serviços que visam atender às finalidades constitucionais do Estado.

A despesa pública também, é definida como o conjunto de dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de Direito Público, para os funcionamentos dos serviços públicos e encargos assumidos no interesse geral da comunidade. Neste sentido, a despesa, como parte do orçamento, compreende as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais. Em outras palavras, as despesas públicas correspondem à distribuição e ao emprego das receitas para o custeio de diferentes setores da Administração e para os investimentos (LIMA; CASTRO, 2000; SILVA, 2009).

A despesa orçamentária é aquela cuja realização depende de autorização legislativa. Não pode se realizar sem crédito orçamentário correspondente; em outras palavras, é a que integra o orçamento, despesa discriminada e fixada no orçamento público (ANGÉLICO, 2006).

As despesas correntes são as de natureza operacional realizadas para a manutenção dos equipamentos e para o funcionamento dos órgãos governamentais e se dividem em despesas de custeio (manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis) e as transferências correntes, subvenções sociais e subvenções econômicas (KOHAMA, 2006).

As despesas de capital são aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, envolvendo o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas, bem como as amortizações de dívida e concessão de empréstimos (ARAÚJO; ARRUDA, 2004).

A receita pública dividida em correntes e de capital são os recursos auferidos pelas entidades públicas para custear seus gastos. Os recursos destinados para a manutenção das entidades são as despesas correntes e os destinados a investimentos (construções de estradas, escolas, etc.) são as despesas de capital.

2.2 Análises de Demonstrações Públicas

As principais demonstrações contábeis públicas são: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais. Tais demonstrativos estão estruturados na Lei nº 4.320/64. Desse modo, observa-se que as regras básicas constam de um dispositivo legal em vigor há mais de 46 anos.

Os demonstrativos contábeis públicos foram criticados por vários autores. Pode-se destacar as afirmações de Petri (1987), em que os mesmos carecem de um poder informativo amplo (*full disclosure*). Niyama e Silva (2008) afirmam que apesar de ter representado para sua época uma evolução em termos de contabilidade pública, a Lei nº 4.320 está defasada e apresenta conceitos que atualmente já não são mais usados.

Nos conceitos que atualmente já não são mais usados, pode-se esclarecer que a Lei nº 4.320/64 utiliza os termos ativo e passivo permanente que foram substituídos por ativo e passivo não financeiro.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) têm trabalhado em conjunto (portarias; resoluções etc.) para atualizar as demonstrações contábeis públicas, mas enquanto não for revogada a Lei 4320/64, a contabilidade pública terá dificuldades em se adaptar à nova realidade.

Enquanto se espera uma mudança geral na contabilidade pública, pode-se considerar que as análises das demonstrações públicas têm como objetivo principal preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão orçamentária (Balanço Orçamentário); da gestão financeira (Balanço Financeiro); da gestão do resultado (Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP) e da gestão do patrimônio (Balanço Patrimonial).

As principais análises constantes da literatura relativas ao Balanço Orçamentário (KOHAMA, 1999; LIMA, CASTRO, 2000) tratam de comparações entre a receita (prevista, arrecadada) e a despesa (fixada e realizada) para verificar as questões relativas a arrecadação, superávit e déficit orçamentários.

Kohama (1999) propõe os quocientes do Quadro 1 para analisar o resultado do Balanço Financeiro.

Quociente	Fórmula	Resultados
Quociente do Resultado da Execução Financeira	$\frac{\text{Receita}}{\text{Despesa}}$	= 1 (Equilíbrio)
		> 1 (Recebimentos são maiores que os pagamentos)
		< 1 (Recebimentos são menores que os pagamentos)
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	$\frac{\text{Saldo que passa}}{\text{Saldo do exercício anterior}}$	= 1 (Equilíbrio)
		>1 (Superávit financeiro – os recebimentos são maiores que os pagamentos)
		< 1 (Déficit financeiro – os recebimentos são menores que os pagamentos).

Quadro 1 - Quocientes de Análise do Balanço Financeiro.

Fonte: Kohama (1999) – adaptado.

O quociente do resultado da execução financeira tem a finalidade de verificar a situação da execução orçamentária referente aos recursos recebidos e pagos no ano, sem considerar saldos financeiros de exercícios anteriores e o quociente do resultado de saldos financeiros realiza uma comparação apenas dos recursos financeiros.

Na DVP é possível avaliar os resultados orçamentários e extra-orçamentários, observando-se os itens mais relevantes do planejamento, da execução orçamentária ou de fatores independentes à execução orçamentária que tiveram Superávit ou Déficit Patrimonial.

O resultado do Balanço Patrimonial, segundo Kohama (1999), pode ser analisado por meio dos quocientes de situação financeira (ativo financeiro e passivo financeiro), situação permanente (ativo permanente e passivo permanente) e do resultado patrimonial (ativo real e passivo real).

As avaliações de resultados do setor público, além das anteriormente realizadas nos demonstrativos contábeis são realizadas por indicadores gerais, sociais e específicos. Neste sentido, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO - TCE-RJ, 2003) divulgou os indicadores gerais, constantes do Quadro 2.

INDICADOR	FÓRMULA	CRESCIMENTO INDICA
PIB per capita	$\text{PIB total} / \# \text{ Habitantes}$	Aumento da renda média
IPTU per capita	$\text{IPTU} / \# \text{ Habitantes}$	Elevação da arrecadação média
ISS per capita	$\text{ISS} / \# \text{ Habitantes}$	Elevação da arrecadação média
ICMS per capita	$\text{ICMS} / \# \text{ Habitantes}$	Elevação da arrecadação média
IPVA per capita	$\text{IPVA} / \# \text{ Habitantes}$	Elevação da arrecadação média

Receita Fiscal na receita	Tributos / Receita Orçamentária	Elevação relativa ao esforço de arrecadação
Receitas de Transferências na receita	Transferências líquidas correntes e de capital / Receita Orçamentária	Diminuição da participação relativa do esforço de arrecadação
Empréstimos e Financiamentos na receita	Operações de Crédito / Receita Orçamentária	Incremento relativo das obrigações com terceiros
Pessoal nas Receitas Correntes	Pessoal / despesas correntes	Aumento relativo do gasto com pessoal
Pessoal no total das despesas	Pessoal / despesa realizada	Aumento relativo do gasto com pessoal
Investimento per capita	Investimentos / População residente	Quanto maior melhor
Encargos da dívida na despesa	Serviço da Dívida / despesa realizada	Incremento relativo do custo das obrigações com terceiros
Amortização da dívida na despesa	Amortização da Dívida / despesa realizada	Diminuição relativa do nível de endividamento
Amortização da dívida no total das despesas financeiras	Amortização da Dívida / (amortização da dívida + serviço) da dívida	Diminuição do custo do endividamento
Equilíbrio Orçamentário	Receita realizada / despesa executada	Aumento relativo das receitas em relação às despesas
Comprometimento da Receita com Máquina Administrativa	Despesas de custeio / receitas correntes	Maior comprometimento da receita
Autonomia Financeira	Receita tributária própria / despesas de custeio	Maior autonomia financeira
Esforço tributário próprio	(Receita Tributária Própria + inscrição na dívida ativa) / receita arrecadada	Maior independência quanto à arrecadação da receita
Carga tributária per capita	(Receita Tributária Própria + inscrição na dívida ativa) / população residente	Incremento relativo da arrecadação tributária
Despesa de custeio per capita	Despesa de custeio / população residente	Incremento relativo do comprometimento da receita
Grau de investimentos	Investimentos / receita total	Maior investimento relativo
Liquidez Corrente	Ativo financeiro / passivo financeiro	Melhoria da liquidez

Quadro 2 – Indicadores Gerais propostos pelo TCE-RJ.

Fonte: RIO DE JANEIRO - TCE-RJ (2003) – adaptado.

Os indicadores gerais e outros têm o propósito de melhorar o processo de análises das prestações de contas públicas. Observa-se no Quadro 2 vários indicadores que se destinam a analisar a arrecadação e o retorno para a população (IPTU per capita, ISS per capita, ICMS per capita, IPVA per capita, Investimento per capita, Despesa de Custeio per capita etc.).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologias de Pesquisas

Quanto à metodologia utilizada para alcançar os objetivos do estudo, pode-se classificá-lo sob dois enfoques: quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. Quanto aos procedimentos, o presente estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica por utilizar material já elaborado e divulgado em livros, artigos científicos, revistas, dissertações, testes etc. (BEUREN *et al.*, 2003).

Para atender a abordagem do problema, utilizou como processo a pesquisa quantitativa e qualitativa. De acordo com Beuren *et al.* (2003), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados e a pesquisa qualitativa por descrever e analisar a interação de certas variáveis.

3.2 Universo, Amostra e Coleta de Dados

O universo de dados desta pesquisa é integrado pelos municípios brasileiros em que as suas execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais são disponibilizadas no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional STN (www.stn.fazenda.gov.br), no relatório denominado de FINBRA – Finanças do Brasil. Por conveniência foram utilizados os dados dos municípios que compõem a Região Nordeste, no período de 2000 a 2009.

A quantidade média de municípios de cada Estado da Região Nordeste que enviaram suas contas para a STN estão representados no Quadro 3. Para facilitar a apresentação dos dados, o somatório dos municípios em cada ano foi representado pelo nome do Estado, ou seja, representam os dados consolidados dos municípios.

ESTADOS	UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
ALAGOAS	AL	96	101	101	101	96	93	97	98	95	96	97
BAHIA	BA	403	400	404	403	387	370	384	366	331	383	383
CEARÁ	CE	183	182	174	184	182	164	184	181	177	184	180
MARANHÃO	MA	176	193	189	188	177	182	197	190	152	186	183
PARAÍBA	PB	217	219	219	217	217	207	217	213	217	212	216
PERNAMBUCO	PE	180	183	178	183	179	180	181	181	167	182	179
PIAUÍ	PI	200	221	214	212	198	193	217	211	157	200	202
RIO G. DO NORTE	RN	154	162	162	159	152	154	163	158	144	160	157
SERGIPE	SE	73	73	74	74	74	73	74	73	72	73	73

Quadro 3 – Quantidade média dos municípios nordestinos que enviaram suas contas para a STN, no período de 2000 a 2009.

Fonte: STN (2011) – adaptado.

A fim de tornar possíveis as comparabilidades que sejam requeridas no estudo, os dados, disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em valores históricos, foram atualizados para a moeda de poder aquisitivo do exercício de 2009.

Os ajustes dos valores históricos do período de 2000 a 2008 para o exercício de 2009 foi realizado com base na variação do Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando os seguintes percentuais:

Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
IPCA	7,67%	12,53%	9,30%	7,60%	5,69%	3,14%	4,45%	5,90%	4,31%

Quadro 4 – Variação Anual do IPCA de 2001 a 2009.

Fonte: Portal Brasil (<http://www.portalbrasil.net/indices.htm>)

3.3 Análises e Interpretação de Dados

Considerando que para analisar o desempenho da execução orçamentária dos municípios devem-se levar em conta, tanto para a receita pública e a despesa pública vários fatores, tais como: quantidade de contribuintes; extensão territorial; economia, localização geográfica etc., o que dificultaria as comparações de desempenho entre os municípios da Região Nordeste, optou-se por utilizar as seguintes medidas de estatística descritiva: o desvio-padrão, a média aritmética e o coeficiente de variação e no teste de hipótese (inferência estatística), a análise de variância (ANOVA). Essas estatísticas permitem realizar as comparações pretendidas.

A estatística descritiva pode ser entendida como um conjunto de medidas que envolvem a caracterização de um conjunto de dados. O desvio-padrão, a média aritmética e o coeficiente de variação têm suas utilidades neste processo.

A média aritmética de uma série de valores é definida como sendo a razão entre a soma de todos os termos da série e o número de termos. É uma medida tão mais representativa de uma série estatística, quanto mais concentrada estiverem os valores desta série em torno do seu valor. A média é usada para cálculos posteriores (medidas de dispersão), bem como na comparação com outras medidas de tendência central (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Levine, Berenson e Stephan (2000), a média aritmética (também chamada de média) é, em geral, o tipo de média ou medida de tendência central mais utilizada e o desvio-padrão (DP) mede a dispersão “média” em torno da média aritmética, isto é, como as observações maiores flutuam acima dela e as observações menores se distribuem abaixo dela.

O coeficiente de variação (CV) é uma medida relativa de variação expressa como uma percentagem em vez de se utilizar termos de unidades dos dados específicos. O coeficiente de variação mede a dispersão dos dados em relação à média aritmética e é calculado pela divisão do desvio-padrão pela média aritmética, multiplicado por 100% (LEVINE, BERENSON, STEPHAN, 2000).

De acordo com os referidos autores, o coeficiente de variação é muito útil quando compara dois ou mais conjuntos de dados medidos nas mesmas unidades, porém diferem de tal modo que uma comparação direta dos respectivos desvios padrões não é de muita ajuda.

Martins (2002) esclarece as seguintes regras empíricas para interpretações do coeficiente de variação (CV):

Se: $CV < 15\%$	tem-se baixa dispersão;
Se: $15\% \leq CV < 30\%$	tem-se média dispersão;
Se: $CV \geq 30\%$	tem-se elevada dispersão.

A análise de variância (ANOVA) objetiva avaliar se as diferenças observadas entre as médias das amostras são estatisticamente significantes (LAPPONI, 2005). Levine, Berenson e Stephan (2000) esclarecem que na análise de variância, subdividimos a variação total nas medidas de resultado naquilo que se pode atribuir a diferenças entre os grupos e aquilo que se deve ao acaso ou se atribui a variações inerentes aos grupos. A variação “dentro do grupo” é considerada um erro experimental, enquanto a variação “entre grupos” é atribuída a efeitos de tratamento.

A análise de variância é realizada com a estatística F (ou razão F) em que é feita a análise da média dos quadrados entre grupos divididos pela média dos quadrados dentro do grupo. A estatística F segue uma distribuição F, com $c - 1$ e $n - c$ graus de liberdade e para um dado nível de significância, pode-se rejeitar a hipótese nula se a estatística do teste F exceder o valor crítico (F tabela) da cauda superior (LEVINE; BERENSON; STEPHAN, 2000).

Os dados foram analisados com a utilização da planilha eletrônica Microsoft Office Excel 2007® e com o *software* de estatística SPSS IBM 19.

4 RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISES

A seguir são apresentadas as tabelas e as análises (descritiva e inferência estatística) dos dados das receitas e despesas totais; população; receita total e despesa total per capita; quociente do resultado da execução financeira; despesas de capital per capita e o comprometimento da receita corrente dos municípios da Região Nordeste.

4.1 Análises Descritivas

A Tabela 1 apresenta os montantes das receitas e despesas totais dos Municípios da Região Nordeste do Brasil, no período de 2000 a 2009, bem como a população no ano de 2009. As receitas totais dos municípios são constituídas das receitas diretamente arrecadadas (IPTU, ISSQN, ITBI etc.) e as recebidas por transferências (Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios, Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural etc.). As despesas totais representam o somatório dos gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, despesas de investimentos, amortização e refinanciamento da dívida etc.

Tabela 1 – Receitas Totais, Despesas Totais e População em 2009 dos Municípios Nordestinos.

ESTADOS	VALORES HISTÓRICOS		VALORES DE 31/12/2009		POPULAÇÃO 2009
	RECEITAS TOTAIS	DESPESAS TOTAIS	RECEITAS TOTAIS	DESPESAS TOTAIS	
AL	21.725.694.770,80	20.443.934.060,40	26.184.745.985,26	24.731.600.554,25	3.008.708
BA	91.568.631.327,73	85.946.759.253,21	111.575.778.302,90	105.166.645.998,27	13.843.880
CE	56.824.342.864,16	52.797.836.932,55	68.471.707.040,61	63.827.995.702,93	8.547.809
MA	36.136.059.378,27	32.554.497.842,47	43.227.510.295,79	39.363.647.437,75	5.822.811
PB	25.947.684.179,63	23.957.746.223,62	31.370.418.082,44	29.130.003.402,30	3.586.164
PE	55.230.516.041,61	51.453.696.762,60	66.589.408.791,42	62.373.470.656,86	8.755.159
PI	19.533.351.108,29	18.181.035.553,23	23.566.083.974,74	21.999.316.778,94	2.963.401
RN	24.207.936.086,43	21.728.371.789,44	29.236.472.177,21	26.551.083.188,16	3.092.713
SE	15.563.702.484,11	14.183.919.563,86	18.730.328.593,91	17.080.110.292,59	1.978.744

Fonte: STN – FINBRA (2000 – 2009) – adaptados.

Na Tabela 1, consta apenas a população (número de habitantes) dos municípios de cada Estado no ano de 2009; entretanto, para calcular a receita per capita (Tabela 2), a despesa per capita (Tabela 3) e a despesa de capital per capita (Tabela 5) foram utilizados os números de habitantes em cada ano. Em valores históricos, bem como em moeda de 31/12/2009, os municípios do Estado da Bahia destacaram com a maior arrecadação, maior despesa e a maior quantidade de habitantes. Em relação à arrecadação (receita total) a sequência dos municípios da Região Nordeste é a seguinte: Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí e Sergipe.

A Tabela 2 apresenta os resultados da receita total per capita dos municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2009. Os valores foram obtidos pela razão entre a receita orçamentária total e a quantidade de habitantes (população). Os resultados evidenciam o montante de recursos com que cada cidadão contribuiu para financiar os gastos dos Municípios.

Tabela 2 – Receita total per capita dos Municípios da Região Nordeste (2000-2009), em moeda de 31/12/2009.

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	DP	Média	CV
AL	639,45	637,00	769,41	724,38	785,66	858,02	956,98	1113,73	1227,63	1237,63	228,47	894,99	25,53%
BA	644,17	667,76	739,93	704,40	777,96	831,49	918,99	1038,34	1102,83	1099,29	176,59	852,52	20,71%
CE	632,03	640,83	740,45	731,65	770,26	821,95	935,16	981,05	1179,09	1222,11	209,02	865,46	24,15%
MA	545,64	562,04	647,29	583,90	648,57	754,28	876,80	986,63	1172,15	1176,34	244,27	795,36	30,71%
PB	673,35	706,50	727,87	710,05	738,44	886,32	971,29	1075,77	1223,84	1232,70	219,10	894,61	24,49%
PE	597,90	598,51	663,50	640,86	722,10	791,08	892,49	971,73	1086,65	1119,36	198,06	808,42	24,50%
PI	592,28	593,15	716,29	656,29	721,71	829,33	917,27	1040,80	1128,09	1188,75	220,19	838,39	26,26%
RN	724,01	768,67	871,08	829,38	910,95	1004,85	1110,93	1207,22	1367,83	1305,13	227,55	1010,00	22,53%
SE	685,86	697,06	841,48	841,65	866,49	971,77	1057,54	1175,45	1369,47	1310,00	240,98	981,68	24,55%
NE	637,19	652,39	746,37	713,62	771,35	861,01	959,72	1065,64	1206,40	1210,15			

Legenda: DP – Desvio-padrão; CV – Coeficiente da Variação.

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir dos dados da Tabela 2 é possível verificar que os contribuintes dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte foram os que, individualmente, mais aportaram recursos aos cofres públicos dentre os da Região Nordeste, haja vista que a receita média per capita ficou em torno de R\$ 1.010,00 no decênio estudado. Os municípios do Estado do Maranhão, por sua vez, foram os que apresentaram maior desvio-padrão (R\$ 244,27) em relação à receita per capita média, mostrando que aproximadamente 70% das contribuições por habitante no período esteve situada entre R\$ 551,10 e R\$ 1.039,63.

Além disso, constata-se através do cálculo do coeficiente de variação que os municípios do Estado do Maranhão também obtiveram a maior variabilidade de receitas per capita (CV = 30,71%), quando comparados todos os municípios dos estados do Nordeste, o que segundo Martins (2002), caracteriza uma dispersão elevada (CV > 30%). Seguindo a classificação sugerida por Martins (2002), os demais municípios apresentaram variabilidade média ($15\% \leq CV < 30\%$). Os municípios do Estado da Bahia foram os que apresentaram uma evolução mais uniforme (CV = 20,71%) na receita per capita ao longo dos anos. Como a receita per capita de um município está associada a fatores como variação da receita e variação populacional, o fato de haver uma maior uniformidade na evolução temporal das receitas poderá constituir num elemento facilitador para melhores estimativas das necessidades da população e a implementação de políticas públicas pelo seu mandatário.

Acompanhando a evolução da receita per capita dos municípios da Região Nordeste como um todo, percebe-se que houve uma redução de aproximadamente 4,4% na receita do ano de 2003, comparativamente a 2002. Apenas os municípios do Estado de Sergipe mantiveram o nível de receitas, tendo os demais apresentado redução.

No ano de 2009, apesar de haver a manutenção da receita per capita, quando considerada a evolução da Região Nordeste conjuntamente, os municípios dos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram redução em torno de 4,5%, que foi compensada, principalmente, com o crescimento das receitas per capita nos municípios dos Estados de Piauí (5,3%), Bahia (3,7%) e Pernambuco (3,0%).

A Tabela 3 apresenta a despesa total per capita dos municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2009. Foi utilizado o valor da despesa orçamentária total dividida pela quantidade de habitantes (população). Os resultados evidenciam o retorno que o município realizou com os recursos que foram recebidos dos cidadãos, ou seja, o quanto foi gasto para manter a administração pública (despesas correntes) e o quanto foi investido em obras, instalações, pagamentos de financiamentos etc. (despesas de capital).

Tabela 3 – Despesa total per capita dos Municípios da Região Nordeste (2000-2009), em moeda de 31/12/2009.

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	DP	Média	CV
AL	616,63	646,60	736,68	703,81	739,39	790,47	916,61	1046,66	1101,96	1158,16	196,41	845,70	23,22%
BA	637,04	686,01	687,03	676,53	721,04	759,52	881,64	946,82	1025,56	1014,37	149,20	803,56	18,57%
CE	630,78	639,48	674,96	682,13	706,89	740,14	866,50	939,09	1062,39	1087,32	173,61	802,97	21,62%
MA	537,27	557,75	634,85	555,92	594,52	698,85	839,14	913,57	1080,65	850,52	185,13	726,30	25,49%
PB	657,50	706,31	670,63	681,19	724,33	800,48	913,97	972,80	1102,02	1083,06	173,24	831,23	20,84%
PE	591,93	583,91	646,86	639,06	672,83	712,70	834,26	918,87	988,86	991,55	160,98	758,08	21,24%
PI	579,90	580,92	671,91	624,73	670,17	753,37	850,88	949,41	1047,64	1100,02	193,19	782,89	24,68%
RN	707,84	773,67	820,94	795,20	847,31	937,82	1062,79	1134,60	1246,25	874,49	173,96	920,09	18,91%
SE	610,21	675,31	765,64	764,79	780,18	893,42	948,58	1077,58	1243,30	1195,24	217,03	895,43	24,24%
NE	618,79	650,00	701,06	680,37	717,41	787,42	901,60	988,82	1099,85	1039,41			

Legenda: DP – Desvio-padrão; CV – Coeficiente da Variação.

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir das despesas médias anuais dos municípios da Região Nordeste (Tabela 3), fica evidenciado que os municípios do Estado do Rio Grande do Norte (média = R\$ 920,09), seguido dos municípios do Estado de Sergipe (média = R\$ 895,43), foram os que tiveram maiores retornos per capita dos governos para a população.

O maior desvio-padrão, ou seja, a flutuação de valores acima e abaixo da média ocorreu também nos municípios do Estado de Sergipe (R\$ 217,03). Neste caso a maioria das despesas per capita anuais concentrou-se entre R\$ 678,40 e R\$ 1.112,46. Os municípios do Estado do Maranhão, assim como no caso das receitas per capita, foram os que apresentaram maior volatilidade (CV = 25,49%) na evolução das despesas per capita ao longo do período; entretanto, tal variabilidade não foi tão expressiva comparativamente àquelas dos demais municípios. Enfim, os resultados para o CV na Tabela 3 mostra que as despesas per capita dos municípios do Nordeste Brasileiro no decênio sob análise apresentaram dispersão média ($15\% \leq CV < 30\%$).

É interessante observar que, no ano de 2003, houve uma redução de cerca de 3,0% nas despesas dos municípios da Região Nordeste como um todo. Os principais responsáveis por tal redução, conforme pode ser verificado na Tabela 3 foram os municípios dos Estados do

Maranhão (-12,5%) e Piauí (-7,0%). Em tal exercício, apenas os municípios do Ceará e da Paraíba apresentaram crescimento nas receitas per capita: 1,0% e 1,6%, respectivamente.

Outro exercício que merece destaque é o de 2009, cuja despesa total per capita de todos os municípios do Nordeste apresentou uma redução de aproximadamente 5,5%. Os municípios do estados que mais contribuíram para esta redução conjunta foram o Rio Grande do Norte (-29,8%) e o Maranhão (-21,3%).

Considerando que as receitas per capita em 2003 tiveram uma redução (-4,4%) menor que aquelas observadas nas despesas (-3,0%), quando comparadas a 2002, infere-se que houve, em geral, um maior comprometimento de recursos públicos pelos municípios. Em 2009, entretanto, como houve a manutenção da receita per capita de 2002 e a redução da despesa per capita (-5,5%), ocorreu, *a priori*, um menor comprometimento de recursos pelos governos. As situações de 2003 e 2009, porém, não poderão ser taxadas de favoráveis ou desfavoráveis sem que haja uma análise minuciosa das políticas públicas que foram implementadas naquelas ocasiões.

A Tabela 4 apresenta o quociente do resultado da execução financeira dos municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2009. Foi utilizado o valor da receita orçamentária total dividida pela despesa orçamentária total. Os resultados representam os valores arrecadados no ano com relação aos gastos do mesmo ano, ou seja, não considera saldos financeiros de outros exercícios.

Tabela 4 – Quociente do Resultado da Execução Financeira dos Municípios da Região Nordeste (2000-2009), em moeda de 31/12/2009.

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	DP	Média	CV
AL	1,0370	0,9851	1,0444	1,0292	1,0626	1,0855	1,0440	1,0641	1,1140	1,0686	0,0347	1,0535	3,29%
BA	1,0112	0,9734	1,0770	1,0412	1,0789	1,0948	1,0424	1,0967	1,0753	1,0837	0,0401	1,0575	3,79%
CE	1,0020	1,0021	1,0970	1,0726	1,0897	1,1105	1,0792	1,0447	1,1098	1,1240	0,0436	1,0732	4,06%
MA	1,0156	1,0077	1,0196	1,0503	1,0909	1,0793	1,0449	1,0800	1,0847	1,3831	0,1090	1,0856	10,04%
PB	1,0241	1,0003	1,0854	1,0424	1,0195	1,1072	1,0627	1,1059	1,1105	1,1382	0,0466	1,0696	4,36%
PE	1,0101	1,0250	1,0257	1,0028	1,0732	1,1100	1,0698	1,0575	1,0989	1,1289	0,0437	1,0602	4,12%
PI	1,0213	1,0210	1,0660	1,0505	1,0769	1,1008	1,0780	1,0963	1,0768	1,0807	0,0278	1,0668	2,61%
RN	1,0228	0,9935	1,0611	1,0430	1,0751	1,0715	1,0453	1,0640	1,0976	1,4925	0,1421	1,0966	12,96%
SE	1,1240	1,0322	1,0991	1,1005	1,1106	1,0877	1,1149	1,0908	1,1015	1,0960	0,0249	1,0957	2,27%
NE	1,0298	1,0045	1,0639	1,0481	1,0753	1,0941	1,0646	1,0778	1,0966	1,1773			

Legenda: DP – Desvio-padrão; CV – Coeficiente da Variação.

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 4, que no ano de 2001, os municípios dos Estados de Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte não arrecadaram recursos suficientes para suas despesas (tiveram de usar saldo financeiro do exercício anterior e/ou não pagaram suas despesas dentro do ano – inscrição de restos a pagar).

Considerando todo o decênio, os municípios do Estado do Rio Grande do Norte apresentaram o maior desvio-padrão (R\$ 0,1421), ou seja, a maior flutuação de valores em torno da média; apresentaram a maior média do quociente de execução financeira (R\$ 1,0966) e o maior coeficiente de variação (12,96%). Outro destaque fica por conta dos municípios do Estado do Maranhão, que apresentaram o segundo maior valor do coeficiente de variação (10,04%). As dispersões do quociente de execução financeira dos municípios da Região Nordeste foram inferiores a 15%, ou seja, houve baixa dispersão (CV < 15%) no período sob análise.

Olhando toda a Região Nordeste como um elemento de análise, constata-se que houve uma redução no Quociente de Resultado da Execução Financeira, em 2003, da ordem

de 1,5%, e um aumento do quociente, em 2009, em torno de 7,4%, o que ratifica os comentários já feitos sobre a evolução das receitas e despesas per capita naqueles anos. Pode-se verificar, ainda, reduções nos anos de 2000 (2,5%) e 2006 (2,7%), quando comparados os quocientes dos anos anteriores; porém, nestes casos, resultantes de um crescimento menor nas receitas do que nas despesas per capita.

A Tabela 5 apresenta a despesa de capital per capita dos municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2009. Foi utilizado o valor das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras, amortização/refinanciamento da dívida) dividido pela quantidade de habitantes (população). Os resultados evidenciaram o quanto os municípios retornaram para os contribuintes com recursos de capital em prol da sociedade.

Tabela 5 – Despesa de capital per capita (2000-2009) dos Municípios da Região Nordeste, em moeda de 31/12/2009.

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	DP	Média	CV
AL	68,50	68,42	127,84	91,18	99,74	71,77	121,16	133,94	100,84	89,23	24,22	97,26	24,91%
BA	106,56	91,22	112,00	87,57	94,62	79,64	93,50	93,78	124,22	90,79	13,11	97,39	13,46%
CE	106,75	87,09	108,93	90,03	99,35	69,09	114,09	103,66	148,02	111,40	20,68	103,84	19,91%
MA	64,80	72,25	109,82	47,86	55,54	69,39	133,16	105,95	175,47	102,13	39,68	93,64	42,37%
PB	87,40	89,24	108,56	62,29	61,90	63,94	101,47	101,90	139,10	100,01	24,38	91,58	26,62%
PE	72,61	49,97	76,35	56,92	68,71	58,44	81,73	92,00	114,82	82,36	18,99	75,39	25,19%
PI	80,65	79,62	125,11	79,83	78,70	85,59	114,66	123,06	133,88	104,67	22,11	100,58	21,99%
RN	95,13	99,77	136,97	82,65	90,54	89,04	131,70	148,01	186,74	82,24	34,98	114,28	30,61%
SE	82,30	78,93	104,91	60,73	64,76	77,53	77,59	109,20	169,58	90,76	31,42	91,63	34,29%
NE	84,97	79,61	112,28	73,23	79,32	73,83	107,67	112,39	143,63	94,84			

Legenda: DP – Desvio-padrão; CV – Coeficiente da Variação.

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 5, observa-se que a maior dispersão média (maior desvio-padrão) ocorreu nos municípios do Estado do Maranhão (R\$ 39,68), seguido dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (R\$ 34,98). A maior média de despesa de capital per capita ocorreu nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (R\$ 114,28). Cerca de 70% das despesas de capital per capita desses municípios, o que corresponde a um desvio-padrão, concentrou-se entre R\$ 79,30 e R\$ 149,26. O maior coeficiente de variação (maior volatilidade) ocorreu nos municípios do Estado do Maranhão (42,37%). Os municípios do Estado da Bahia, por sua vez, apresentaram a menor dispersão (13,46%), sendo a única dispersão considerada baixa (CV < 15%), conforme sugerido por Martins (2002). Os municípios dos Estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte apresentaram elevada dispersão (CV > 30%) e, os demais municípios, média dispersão (15% ≤ CV < 30%).

Ainda na Tabela 5 é possível constatar que nos anos de 2003 e 2009 todos os municípios da Região Nordeste apresentaram forte redução nas despesas de capital per capita em relação aos anos anteriores. Olhando a Região Nordeste como um todo, as variações foram da ordem de -34,7% (2003) e 34,0% (2009).

As maiores retrações nas despesas de capital per capita em 2003 ficaram por conta dos municípios dos Estados do Maranhão (-56,4%), Paraíba (-42,6%) e Sergipe (-42,1%). Percebe-se, ainda, que no ano de 2002 houve um crescimento substancial (41,0%) em relação ao ano de 2001. A razão desse crescimento carece de uma análise minuciosa. Em 2009 foram os municípios dos Estados do Rio Grande do Norte (-56,0%), Sergipe (-46,5%) e, novamente o Maranhão (-41,8%), que retraíram seus investimentos.

A Tabela 6 apresenta os resultados do comprometimento da receita corrente dos municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2009. Foram utilizados os valores das

receitas correntes dividido pelas despesas correntes. Quanto maior o resultado, melhor a situação do Estado, ou seja, sobram mais recursos para o Superávit Corrente. Desse modo, podem-se aplicar recursos correntes em despesas de capital (capitalização).

Tabela 6 – Comprometimento da Receita Corrente (2000-2009) dos Municípios da Região Nordeste, em moeda de 31/12/2009.

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	DP	Média	CV
AL	1,1099	1,0669	1,1592	1,1458	1,1712	1,1610	1,1499	1,1634	1,1835	1,1277	0,0343	1,1439	3,00%
BA	1,1211	1,0840	1,2125	1,1642	1,2011	1,2052	1,1422	1,1897	1,1895	1,1554	0,0414	1,1665	3,55%
CE	1,1612	1,1239	1,2310	1,2046	1,2197	1,1971	1,1737	1,1330	1,2218	1,1496	0,0387	1,1816	3,27%
MA	1,1218	1,1290	1,1655	1,1363	1,1892	1,1773	1,1578	1,1853	1,2296	1,5247	0,1180	1,2017	9,81%
PB	1,0733	1,0630	1,1967	1,1144	1,0804	1,1812	1,1516	1,1826	1,2181	1,2069	0,0592	1,1468	5,16%
PE	1,1111	1,1001	1,1179	1,0776	1,1640	1,1892	1,1542	1,1467	1,2020	1,1978	0,0433	1,1461	3,77%
PI	1,0481	1,0573	1,1849	1,1525	1,1759	1,2123	1,1969	1,2054	1,1948	1,1487	0,0591	1,1577	5,10%
RN	1,1359	1,0850	1,1993	1,1410	1,1779	1,1726	1,1658	1,1894	1,2502	1,6091	0,1459	1,2126	12,03%
SE	1,2385	1,1442	1,2190	1,1684	1,1830	1,1619	1,1933	1,1711	1,2273	1,1626	0,0317	1,1869	2,66%
NE	1,1246	1,0948	1,1873	1,1450	1,1736	1,1842	1,1650	1,1741	1,2130	1,2536			

Legenda: DP – Desvio-padrão; CV – Coeficiente da Variação.

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 6, os municípios dos Estados que apresentaram a maior dispersão média (R\$ 0,1459 de desvio-padrão), maior média aritmética (R\$ 1,2126) e o maior coeficiente de variação (12,03%) foram os do Estado do Rio Grande do Norte, seguido do Estado do Maranhão. Nestes dois Estados, em média, houve as maiores capitalizações de recursos pelos municípios, ou seja, foram os municípios onde mais sobraram recursos correntes para utilizar em despesas de capital. Empiricamente os valores dos coeficientes de variação de todos os municípios da Região Nordeste apresentaram baixa dispersão ($CV < 15\%$).

Analisando a evolução dos municípios da Região Nordeste como um todo, é possível verificar que nos anos de 2002 e 2009, ocorreram os maiores índices de crescimento do comprometimento da receita corrente com a despesa corrente (+8,45% e 3,35%), em relação aos anos anteriores. Entretanto, há de se analisar quais as razões que levaram a uma redução no investimento per capita em 2009, dado ao fato de que naquele ano houve um dos mais altos comprometimentos de receitas correntes com as correspondentes despesas correntes.

4.2 Inferência Estatística

A Tabela 7 apresenta os resultados das análises de variância com o objetivo de responder a hipótese levantada sobre as diferenças das médias aritméticas.

Tabela 7 – Análises de Variâncias (ANOVA) – teste de hipótese.

Tabela	Teste F (calculado)	P-valor	Teste F (tabela/crítico)	GL	r ²
2	1,108865572	0,36611700	2,054882	(8, 81)	0,098707
3	1,179602747	0,32159229	2,054882	(8, 81)	0,104347
4	0,551259000	0,81431900	2,054882	(8, 81)	0,051634
5	1,558634000	0,15040900	2,054882	(8, 81)	0,133403
6	1,176664670	0,32335800	2,054882	(8, 81)	0,104114

Legenda: Tabela 2 – Receita per capita; Tabela 3 – Despesa per capita; Tabela 4 – Quociente do Resultado da Execução Financeira; Tabela 5 – Despesas de capital per capita; Tabela 6 – Comprometimento da Receita Corrente.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 7, que o Teste F (calculado) é menor que o Teste F (tabela/crítico) com 8 graus de liberdade no numerador e 81 no denominador em todas as situações que foram testadas as diferenças das médias aritméticas, bem como o P-valor (*p-value*) também é superior ao nível de significância de 0,05. Desse modo, conclui-se que não existem diferenças significativas entre as médias aritméticas dos indicadores analisados dos municípios da Região Nordeste (Aceita H_0).

Outro resultado que consta na Tabela 7 é o coeficiente de determinação de correlação, que conforme Field (2009, p. 338) pode ser obtido pela divisão entre a soma dos quadrados do modelo pela soma dos quadrados total. Assim, observem que os coeficientes de determinação (r^2) apresentam valores muito baixo, variando de 5,2% no caso do quociente de execução financeira até 13,3% nas despesas de capital per capita. O coeficiente de determinação de correlação é usado para medir o percentual de variação de uma variável (Y) que é estatisticamente explicada pela variação da outra variável (X), consoante as explicações de Stevenson (1981).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO

O estudo, em atenção ao objetivo geral formulado, evidenciou por análises quantitativas e qualitativas a receita e a despesa total, a receita total e despesa total per capita; o quociente do resultado da execução financeira; a despesa de capital per capita e o comprometimento da receita corrente dos municípios da Região Nordeste, conforme consta nas Tabelas 1 a 6.

Os dados foram extraídos do relatório divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) denominado de FINBRA – Finanças do Brasil, onde constam os nomes dos municípios por estados de todas as regiões brasileiras.

Deve-se ressaltar que as análises aqui realizadas servem para motivar, tanto a utilização das mesmas em outros municípios de outras regiões (os municípios da Região Nordeste foram escolhidos por conveniência), como também buscar novas ferramentas para avaliar a gestão pública. Assim, fica a recomendação para outras pesquisas na área da contabilidade governamental com a motivação de sejam realizadas divulgações diversas das gestões públicas para assegurar o controle social.

Finalizando, conclui-se que os municípios do Estado da Bahia destacaram com a maior arrecadação, maior despesa e a maior quantidade de habitantes; os municípios do Estado do Rio Grande do Norte apresentaram maior desempenho na utilização dos recursos públicos médios de receita total per capita (R\$ 1.010,00); de despesa total per capita (R\$ 920,09); o maior quociente médio do resultado da execução financeira (R\$ 1,0966) e a maior média de despesa de capital per capita (R\$ 114,28) e também a maior média aritmética do comprometimento da receita corrente (R\$ 1,2126). A maior volatilidade (coeficiente de variação) em termos de receita per capita (30,71%), despesa total per capita (25,49%) e de despesa de capital per capita (42,37%) foi os municípios do Estado do Maranhão. Quanto à hipótese levantada, conclui-se que não existem diferenças significativas entre as médias aritméticas dos indicadores analisados dos municípios da Região Nordeste (aceita H_0).

REFERÊNCIAS

- ANGÉLICO, J. **Contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G. **Contabilidade pública: da teoria à prática - atualizada conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BEUREN, I. M (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de março de 1964.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Contabilidade Governamental - Estados e Municípios**. Disponível em:
<http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorios_demonstrativos.asp> Acesso em 27 dez. 2010.
- FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____. **Balanços públicos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (SIAFI e SIAFEM)**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: teoria e aplicações: usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: L T C, 2000.
- MARTINS, G.A. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, J. U. C. **Estatística: uma nova abordagem**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.
- PETRI, N. **Análise de resultados no setor público**. 1987. 215 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- Portal Brasil®. **Índices Financeiros Brasileiros**. Disponível em:
<<http://www.portalbrasil.net/indices.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2011.

QUINTANA, A. C. *et al.* **Contabilidade pública:** de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Atlas, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **A avaliação de resultados no setor público:** teoria e aplicação prática no Estado do Rio de Janeiro. Roberta Montello Amaral. Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental:** um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, M. *et al.* O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro 45 (5): 1425-443, set./out. 2011.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.